



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC

DEPARTAMENTO DE AUDIOVISUAIS E PUBLICIDADE - DAP

“QUATRO E VINTE, HORÁRIO DE BRASÍLIA”

Tassio Corrêa Ferreira

Orientador: David Rodney Lionel Pennington

Brasília/DF, 2º semestre de 2013

Tassio Corrêa Ferreira

“QUATRO E VINTE, HORÁRIO DE BRASÍLIA”

Filme documentário de curta-metragem

Produto apresentado à Faculdade de
Comunicação da Universidade de Brasília,
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Comunicação Social –
Habilitação Audiovisual - sob a orientação
da Prof. Dr. David Rodney Lionel
Pennington

Brasília/DF

2º semestre de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Trabalho de Conclusão de Curso

Membros da banca examinadora:

1. David Rodney Lionel Pennington
2. Fernando Oliveira Paulino
3. Wagner Antonio Rizzo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p. 05
2. REFERENCIAL TEÓRICO	p. 09
2.1 Breve histórico da Cannabis no Brasil	p. 09
2.2 O que é Documentário?	p. 18
2.3 Pesquisas Utilizadas	p. 20
3. RELATO DA EXPERIÊNCIA	p. 21
4. CONCLUSÃO	p. 26
5. REFERÊNCIAS	p. 27
6. VIDEOGRAFIA	p. 29
7. ANEXOS	p. 30

Resumo

“Quatro e Vinte, horário de Brasília” é um documentário experimental expositivo, feito para enriquecer o debate sobre o futuro das políticas reguladoras da maconha. Embora seja a droga mais consumida no mundo, segundo *World Drug Report 2013* (ONU), com uma ampla representação cultural e usuários de todas as idades, classes e segmentos profissionais, esses são estigmatizados, marginalizados e sofrem de um intenso preconceito que acaba contaminando o debate. O filme pretende desmistificar esta compreensão, apresentando o usuário sem hipocrisia, como são, pessoas como outras quaisquer, cidadãos que só se diferenciam dos demais por acreditarem que a política proibicionista é uma intervenção descabida do estado em sua liberdade individual de escolha. Ao final da produção ficou a impressão de que a censura social é mais prejudicial ao debate do que a própria punição penal, dificultando muito que o produto final exhibisse um recorte ainda mais próximo do real.

Palavras Chave

Cinema, Documentário, Maconha, Usuário, Políticas antidrogas, Guerra as drogas, Entorpecentes, Preconceito.

1 - Introdução

Os números do *World Drug Report* 2013¹, relatório elaborado pela ONU todos os anos, estima a existência de mais de 180 milhões de usuários habituais de maconha no mundo. Este número é superior ao número de usuários de todas as outras drogas ilícitas somadas. No mesmo caminho, as estatísticas apresentadas pela Polícia Civil do DF², no ano de 2012, constata que a quantidade de apreensões da substância supera muito a de qualquer outra droga. Esses números confirmam a suspeita empírica de muitos: a maconha é a droga ilícita mais consumida no mundo.

Tão diferenciada é a situação da *Cannabis Sativa* (nome científico), comparada a outras drogas ilícitas, que podemos encontrar facilmente diversos registros de manifestação desta parcela da sociedade na cultura popular. Nas letras dos sambas de Bezerra da Silva, como na música “Erva Proibida”, que diz assim: “Tem gente que diz todo prosa: Esta planta é maneira, é medicinal. Só o chá da raiz faz milagre e quem beber fica livre do mal. Ela alegre, ela inspira, ela acalma e deixa a moçada de cuca legal...”, ou no refrão: “Preste atenção, esta erva é que faz garrafada no norte, manga rosa controla a pressão, agrião e saião deixam o pulmão forte” onde compara a planta com outras ervas medicinais utilizadas comumente para controle de diversos males. Em outro samba “A Semente”, fala assim: “Mas foi pintando sujeira, o patamo estava sempre na jogada, porque o cheiro era bom, e ali sempre estava uma rapaziada.” onde faz referência as rodas de fumo e a repressão policial. Em “Malandragem dá um tempo”, sua música mais conhecida, o refrão assim fala: “Vou apertar, mas não vou acender agora. Se segura malandro, prá fazer a cabeça tem hora.” Da mesma forma, a banda “Planet Hemp” tem na luta pela legalização da substância seu principal tema, como evidenciado na música “Legalize Já”, cuja letra diz assim: “O álcool mata bancado pelo código penal, onde quem fuma maconha é que é marginal. E por que não legalizar? E por que não legalizar? Estão ganhando dinheiro e vendo o povo se matar.” Referências a planta também aparecem no *reggae* de Bob Marley, participante da religião Rastafari, onde a erva tem um significado espiritual, com uso em cerimônias e ritos. Na música “Ganja Gun” o músico jamaicano demonstra a força da planta em sua cultura, “*I’m gonna smoke’a the ganja until I go blind. You know I smoke’a the ganja all a de time. Smoke’a the ganja when I’m with friends. We gonna smoke’a the ganja until the very end.*”, que em uma tradução livre quer dizer: “Eu estou indo fumar um baseado até eu ficar cego. Você sabe eu fumo um baseado todo o tempo. Fumo um baseado quando estou com os

¹ Consta no anexo IV.

² Anexo III.

amigos Nós vamos fumar um baseado até o fim. Em “*Legalize It*” ele faz um apelo pela legalização: “*Some call it Tamjee, some call the weed, some call Marijuana, some of them call it Ganja, never mind, got to legalize it, don’t criticize it, legalize it, and I will advertize it.*”, traduzido para o português: “Alguns a chamam de Tamjee, alguns a chamam de Erva, alguns a chamam de Maconha, alguns deles a chamam de Ganja, não importa, tem que legaliza-la, não critique, legalize, e eu a anunciarei.” A brasileira “Natiruts” evidencia a polêmica envolvendo a substância na letra de “Beija Flor”: “Veja só a névoa branca que sai de trás do bambuzal, será que ela me faz bem ou será que me faz mal?”. No *Rap* do norte americano “Snoop Dog” a maconha aparece como expressão da liberdade, em músicas como “*Smoke Weed Everyday*” ou “*Young, Wild and Free*”, que diz assim: “So what we get drunk, so what we smoke weed, we’re just having fun, we don’t care who sees. So what we go out, that’s how it’s supposed to be, living young, and wild and free.”, em português: “E daí se ficamos bêbados? E daí se fumamos maconha? Estamos apenas nos divertindo. Não importa quem veja. E daí se saímos? É assim que deve ser. Viver jovens, selvagens e livres.”. Esses são apenas alguns dos muitos artistas que trouxeram a maconha para cultura popular.

A pouca efetividade das lei antidrogas, especialmente quando se trata da maconha, se fundamenta principalmente no pouco embasamento científico indicativo dos malefícios da substância, assim como na contradição de se criminalizar a substância enquanto se permite o uso de outras substâncias comprovadamente terríveis para o ser humano, como o cigarro e o álcool. Tal é a descrença na sabedoria do proibicionismo, que, em uma espécie de desobediência civil, pessoas que nunca tiveram quaisquer problemas com a lei, aceitam a alcunha de “criminoso” e os riscos inerentes.

Uma comparação entre os números do *World Drug Report*³ de cada ano, demonstra que a simples negativa do estado, despida de embasamento e coerência, não se mostra suficiente para reprimir o uso, que aumenta em larga escala, a despeito da chamada “Guerra Antidrogas”, nome dado a política de criminalização do uso e tolerância zero, adotada nas últimas décadas no mundo todo, notadamente nos EUA. A falência deste tipo de política é cabalmente demonstrada no documentário “Quebrando o Tabu”⁴.

Inchaço do sistema penitenciário, asoberbamento do Judiciário e das forças de segurança pública, fortalecimento da criminalidade pelo simples negligenciamento da enorme demanda existente, associada com a completa falta de eficácia em realizar seu objetivo de

³ Links para o *World Drug Report* 2011, 2012 e 2013 nas referências.

⁴ Quebrando o Tabu, Fernando Grostein Andrade, Brasil - 2011.

reprimir o consumo, haja vista o aumento expressivo de usuários ano a ano⁵, são apenas algumas das consequências danosas da implementação e manutenção das políticas que empregam o direito penal como principal instrumento transformador.

A forma que esse tema afeta a todos, usuários, suas famílias e o cidadão em geral, por meio da sua forte influência na criminalidade e saúde pública, explica um pouco a polêmica e importância que envolvem essas questões. Embora existam muitas dúvidas sobre que medidas devem ser adotadas, quais seriam as mudanças necessárias, muitos estão insatisfeitos com as soluções até então empregadas. Em um ambiente democrático, somente com um amplo debate e livre difusão da informação é possível concretizar as mudanças necessárias, sejam elas quais forem.

É nesse cenário de muita incerteza e efervescente discussão sobre a melhor forma do Estado lidar com a vontade transcendente do ser humano de consumir entorpecentes, que surge “Quatro e Vinte, Horário de Brasília”. Com o objetivo de enriquecer o debate, agregando informações de qualidade, coletadas dos mais diversos meios, no intuito de diminuir a carga do “senso comum”, desmistificando diversas desinformações fomentadas pelo preconceito e irresponsabilidade que o tema tem sido tratado, inclusive pelo próprio Estado.

Quatro e vinte (4:20) é uma referência ao consumo da cannabis. Essa referência se tornou tão forte que o dia vinte de abril, 20/04 ou 04/20, é a data informalmente reconhecida como Dia da Maconha, no mundo todo. Há diversas versões para a origem desta associação, como a que atribui a um suposto código (420), que seria utilizado por policiais americanos para identificarem usuários e traficantes da planta. A versão mais difundida relata que estudantes de um colégio na Califórnia, EUA, habitualmente se reuniam nesse horário para fumar a substância, e utilizavam o horário como código para não levantar suspeitas. O fato é que o número virou uma referência mundial ao consumo da planta. O título “Quatro e Vinte: Horário de Brasília” é uma junção desta referência, com uma alusão clara a capital federal, cenário foco utilizado para o presente trabalho.

O filme adota uma posição claramente alinhada a descriminalização, medida considerada pelos autores como inerente a qualquer mudança positiva na legislação. Nesse sentido, apresenta diversas informações e fatos, sempre coletados de organizações idôneas, construindo um argumento sintonizado com essa ideia.

⁵ Como noticiado no UOL Notícias, segue *link* <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/06/26/ult5772u193.jhtm>

Por outro lado também é seu objetivo agir no sentido de diminuir a distância entre usuário e a comunidade. São muitos os consumidores da erva, espalhados por todos os setores e classes da sociedade, no entanto, para fugir da repressão policial assim como a censura social, esses ocultam seu consumo, fortalecendo a criação da imagem negativa do “maconheiro”: o criminoso, lesado, perigoso, destruidor de famílias, anarquista.

Em última instancia, seu objetivo é também criar um recorte histórico, um registro desta comunidade de usuários da planta no Distrito Federal, da forma mais despojada de preconceitos e hipocrisias. Trazer a luz esse grupo de pessoas, da forma que são e pensam, despidos das máscaras que utilizam no convívio em sociedade.

2 - Referencial Teórico

2.1 - Breve histórico da cannabis no Brasil

A cannabis é utilizada no Brasil desde a época da colonização, muito provavelmente foram os negros vindos da África que introduziram o fumo da planta, segundo MacRae e Simões no livro: “Rodas de Fumo, o uso da maconha entre camadas médias urbanas” (2004).

Sérgio Vidal em seu artigo: “Da diamba à maconha: usos e abusos da Cannabis sativa e da sua proibição no Brasil” (2008)⁶, fala que os africanos trazidos como escravos trouxeram também seu habito de utilização da planta, que consideravam um vegetal especial, imbuído de características mágicas e propriedades curativas.

Segundo Vidal (2008), os principais usos eram relacionados com a extração das fibras vegetais, o preparo de medicamentos ou ligados ao seu consumo fumado em rituais religioso e reuniões sociais. Também os senhores-de-engenho e proprietários dos escravos assim como toda estrutura produtiva das fazendas de cana-de-açúcar, principal agronegócio da economia brasileira do séc. XVI até meados do séc. XVIII, toleravam a utilização do fumo de cannabis e tabaco.

Sérgio Vidal também apresenta indícios da introdução da planta também pelos portugueses. O autor argumenta que os colonizadores estavam habituados por meio da expansão marítima ao relacionamento com culturas que utilizavam a planta.

O linho-cânhamo, obtido a partir da planta, era também reconhecidamente um dos produtos centrais da economia da época. A utilização do linho-cânhamo era tão ampla na época das navegações que “os navios que compunham a esquadra que aportaram no continente em 1500 comandada por Pedro Álvares Cabral, tinham toneladas de fibras de cânhamo na composição de suas velas, cordas e até mesmo na vestimenta da tripulação” (Robinson, 1999, p. 43). A importância econômica do cânhamo era tanta que segundo Bento (1992, apud VIDAL, 2008): “O linho-cânhamo era para a navegação o que hoje é o petróleo.”.

Ao analisar os dados disponíveis não é possível saber claramente quem introduziu a

⁶ As referências feitas ao artigo de “Da diamba à maconha: usos e abusos da Cannabis sativa e da sua proibição no Brasil” e “Falta alguma coisa na história da maconha no Brasil e no mundo?”, ambos de Sergio Vidal, ficaram sem indicação de página, pois foram retiradas de um *site* e seu formato não indica separação por páginas. *Links* estão disponíveis nas referências.

cannabis no Brasil. A sua introdução se deu provavelmente pelos portugueses como também pelos escravos trazidos para o país. Assim diz Henrique Carneiro, citado por Vidal: “nada nos autoriza a afirmar que as primeiras plantas cultivadas sejam de sementes africanas, afirmando que talvez tenha sido algum marinheiro português o primeiro a trazer para o país as sementes”. (2006, apud Vidal, 2008).

Vidal argumenta ainda que a manutenção e introdução das variedades de cannabis de origem africana seguiram a mesma lógica de outros aspectos da vida das populações de escravos e ex-escravos, estando restrita a determinações das elites econômicas, sociais e políticas. Foram portanto os colonizadores que tinham as condições materiais para decidir de que maneira as populações marginalizadas consumiriam a planta, como promover o empreendimento do cultivo e do comércio de cannabis quando lhe foi interessante. Além disso Vidal também cita que outros empreendimentos de iniciativa privada ou oficialmente apoiados pela coroa e pelas elites rurais, foram os grandes responsáveis pela introdução e pela adaptação da cannabis a partir do século XVIII. O que, segundo o autor, pode concluir que as variedades de cannabis existentes no Brasil são fruto de um processo bastante complexo e multifacetado, que envolvem diversos atores sociais em diferentes períodos históricos.

Somente no início do século XX que o hábito de fumar cannabis ganha uma maior visibilidade entre os habitantes das zonas urbanas, devido ao fluxo migratório e ao processo de urbanização, configurando-se como uma nova preocupação para o estado. Segundo Francisco Iglésias :

Extrema miséria: a diamba está passando das tascas e choupanas da gente rude para as câmaras das prostitutas! Logo, muito logo, os moços elegantes se embriagarão com a diamba: e como, desgraçadamente, eles têm irmãs, o vício terrível passava a fazer parte da moda. (1918, apud Robinson, 1999, p. 117).

Segundo Vidal (2008), os primeiros documentos de que se tem conhecimento proibindo o uso da maconha no Brasil foram posturas das Câmaras Municipais do Rio de Janeiro (1830), Santos (1870) e Campinas (1876), penalizando a venda e o uso do “pito do pango”, sem, no entanto, obter quaisquer repercussões significativas. Essas posturas tinham um ordenamento curiosamente inverso ao atual previsto na lei de drogas, prevendo punições mais severas para as condutas de uso do que para as condutas de tráfico, sugerindo, segundo o autor, que desde essa época, a intenção de usar as leis antidrogas como forma de controlar as populações que faziam uso.

É proibida a venda e o uso do pito de pango, bem como a conservação de em casa públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia. (Mott, 1986, apud Mundim, 2004, p.41).

Desde o início do século XX, passou-se a identificar perigo no uso da maconha praticado por estratos populares em centros urbanos, os quais, segundo Henman (1982, apud MacRae, 2004, p.9), haviam adotado seu consumo fora dos padrões tradicionais da roda de fumo nordestina. Começou a cristalizar-se, entre as autoridades médicas e policiais brasileiras, a associação “pobre-preto-maconheiro-marginal-bandido” (MacRae, 2004, p. 9).

A cannabis era vista como fonte de degeneração psíquica e moral, e culpada pelo enfraquecimento da “raça brasileira”, seria uma espécie de vingança da raça negra contra “seus irmãos mais adiantados em civilização”, o que fomentou o alarmismo perante o processo de sua popularização crescente e problemática, do ponto de vista médico, civil e criminal (Cavalcanti, 1998, apud MacRae, 2004, p.20). Essa visão foi influenciada por cientistas como Rodrigues Dória e Francisco Iglesias, que escreveram e divulgaram artigos internacionais relacionando o comportamento de populações de origem africana com os efeitos farmacológicos da cannabis, que seria geradora de vícios, compulsões, loucura, psicoses e crimes. Essas ideias foram bem aceitas e difundidas no contexto acadêmico da época, e teve grande repercussão na sociedade em geral. O que o Dr. Dória chamava de “a vingança dos vencidos” pode ser resumido em um trecho de um discurso no Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington, 1915, que Vidal comenta.

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria talvez as areais ardentes e os desertos sem fim de sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que o afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstitutiva. (Dória, 1915, apud Vidal 2008).

Mesmo com uma extensa gama de utilização que a cannabis possui, como seu uso industrial, prática ligada à elite econômica e social da época, e medicinal, a imagem da erva ficou totalmente marcada pela prática de ser fumada, e por ser utilizada por populações pobres, negras e indígenas, onde de fato era constante a prática entre essas populações nas regiões Norte e Nordeste no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Com a urbanização, as populações imigrantes passaram a ser vistas como fonte de problemas sociais e sanitários. Os hábitos dessas populações passaram a ser objetos de estudo e controle, sendo criadas

delegacias e outras instituições para abordar a problemática, a exemplo da Inspetoria de Entorpecentes, Tóxicos e Mistificações, que foi responsável pela repressão às práticas religiosas de origem africana, afro-brasileira e afro-indígenas, que eram em geral consideradas “feitiçaria”, “curandeirismo” ou “magia-negra”.

Esse discurso científico cheio de categorias racistas é análogo ao que vinha acontecendo com os EUA. Foi esse discurso, segundo MacRae e Simões (2000, p. 22), que desqualificou e questionou a legitimidade das práticas e das representações sobre o uso, plantio e preparo da cannabis, que eram tradicionalmente transmitidas e socialmente validada através das diversas gerações de brasileiros que a consumiram. Dessa forma, a cannabis passa a ser vista como um “veneno social”, “doença cultural”, transmissível de uma população a outra, e começa a ser compreendida em categorias patológicas e estigmatizantes como: “maconhismo” e “canabismo” (Adiala, 1986, apud, Vidal 2008).

Segundo Vidal, em 1921, em uma reunião que envolvia 100 países para discutir os problemas relacionados ao ópio e a coca, foi mencionado pela primeira vez o uso da cannabis. O representante do Egito, trouxe à tona as suas inquietações sobre o que ele considerava graves problemas e perigos do haxixe, exigindo que ela fosse incluída na lista de substâncias proscritas. Junto com o apoio Brasileiro o representante do Egito, com muita insistência, consegue formar uma subcomissão para discutir o tema, essa composta por especialistas da Grã-Bretanha, Índia, França, Grécia, Egito e Brasil, que foi representado pelo Dr. Pedro Pernambuco, seguidor do Dr. Dória. Durante os trabalhos, os representantes da Grécia, Brasil e Egito pressionaram para que o relatório exigisse controles para a Cannabis equivalentes aos do ópio e destacasse os perigos da planta. O Dr. Pedro Pernambuco foi de extrema relevância para a história da proibição internacional da cannabis, apresentando as teses brasileiras a respeito da associação entre a cannabis e a papoula, uma vez que, no Brasil, segundo ele e outros cientistas que o orientaram, haveriam tantos problemas relacionados com a maconha entre os negros que a ‘planta da loucura’ seria mais perigosa e causaria mais danos do que o ópio no oriente. (Mills, 2003, apud Vidal 2008).

Mais de quatro décadas foram dedicadas à erradicação da planta e ao controle dos hábitos das populações que a utilizavam. Segundo Vidal (2008), nesse período, entre os trabalhos do Dr. Dória (1958), diversos discursos técnicos e científicos foram manipulados e apropriados para justificar a visão proibicionista. MacRae (2000, p. 22) argumenta que essas novas perspectivas de atuação organizada e sistemática viriam consolidar o tema da cannabis

como uma preocupação social. Na década de 1950, a quantidade de notícias publicadas sobre a maconha aumentou de forma considerável, sempre vinculada a ideia de desvio de caráter. O usuário passou a ser visto não mais como “vítima do vício” mas como “desordeiro” que acabavam por promover verdadeiras invasões do espaço urbano. O discurso jornalístico abordava o assunto sempre de maneira muito homogênea, irônica e sarcástica, buscando enfatizar a índole do maconheiro. Essa abordagem jornalística teve muito mais ressonância social que os estudos científicos que haviam tratado o assunto, oferecendo a população tanto uma sintomatologia quanto as supostas consequências sociais do consumo de maconha. Estas representações nortearam, ou influenciaram, o modo como as novas gerações seriam prevenidas, instruídas, ou, surpreendidas por seus familiares como consumidores maconha (Cavalcanti, 1998, apud MacRae, 2000, p.21).

Ainda segundo MacRae (2000, p. 23), em 1964 dezenas de países, inclusive o Brasil, assinaram a Convenção Única de Narcóticos, na qual a Cannabis passa a constar nas listas I e IV. Em 1968, treze dias após a instauração do AI-5 pelo regime militar vigente na época, um novo Decreto passa a estabelecer equivalência penal entre condenados por tráfico e por uso. Essa postura foi ratificada pela lei de 1971, que como agravante permitia que se acatassem denúncias por “consumo de drogas” sem a necessidade de um laudo toxicológico comprobatório.

Mas a grande inovação seria trazida com a lei de 1976, conhecida como Lei de Tóxicos, que passou a reunir todos os ordenamentos jurídicos relacionados com o tema em apenas um só documento. Essa lei repôs a distinção entre “traficante” e “usuário” e a existência de “laudo toxicológico” para a instauração da ação penal. Outra observação interessante apresentada por MacRae (2000, p. 24) é que o crescimento da demanda por maconha levou, em alguns casos, até uma obscura integração entre redes de tráfico e setores da polícia, tornando-se o suborno outra alternativa para se escapar de uma detenção.

Segundo Vidal (2008), com a Lei de Tóxicos os poderes de repressão do estado em relação ao uso da maconha ganharam novas dimensões e, na prática, a lei passou a marginalizar mais ainda os consumidores, que acabaram por ser submetidos ainda mais a violência e a arbitrariedades. Outro exemplo citado pelo autor referente a Lei de Tóxicos, é a tipificação do crime de “apologia ao uso de drogas”, que torna possível a condenação de qualquer um que fale sobre maconha. Os setores do estado ditatorial logo reconheceram na utilização da erva uma atitude de rebeldia, uma contestação cultural à ordem e ao regime vigentes (Henman, 1982,

apud Vidal, 2008).

Nos anos 1960 a força exercida pela contracultura e outras manifestações culturais alternativas influenciaram uma mudança de percepção sobre a maconha, que passou a ser inserida em contextos cada vez mais urbanos e utilizada por classes mais altas, marcando a inclusão principalmente dos jovens em um mundo que era até então habitado pelos bandidos denunciados na imprensa (MacRae 2000, p. 22). Essas mudanças de concepções exercida por esse contexto acabava por criar uma grande diferença entre as concepções das diferentes gerações, entre pais e filhos, em relação as drogas a nova geração as via como uma maneira de se libertar, libertar a mente, a busca pelo prazer, contestação e afirmação. Os ‘inimigos’ da saúde pública, da moral e dos bons costumes deixavam então de ser habitantes das favelas e dos estados do Norte e Nordeste, para serem os jovens adeptos da contracultura, do movimento hippie, das experimentações psicodélicas e de outras manifestações culturais alternativas (VIDAL, 2008).

A partir da segunda metade dos anos 1960 e a partir de 1970, como um efeito colateral a repressão imposta pela ditadura militar, é que o uso recreativo da cannabis aumenta consideravelmente, atingindo amplos círculos sociais em todas regiões brasileiras. As manifestações contraculturais e artísticas que ocorriam na época eram frequentemente associadas ao consumo de cannabis por parte dos aparatos repressores do governo ditatorial, e eram frequentemente reprimidas. Artistas como Gilberto Gil e Rita Lee foram presos por porte de cannabis. Após a denúncia de que no hotel onde estavam os artistas havia drogas, a polícia acabou entrando e revistando todos os quartos, encontrado maconha em dois dos quartos. No final, Gilberto Gil, Chiquinho e Djalma, músicos da banda, foram até a delegacia para serem atuados. Em uma entrevista filmada dentro da delegacia, Gil⁷ fala um pouco sobre a sua prisão:

No fundo do espírito a gente tá forte, seguro, estamos juntos da verdade, támo nessa, não tenho medo da verdade, não tenho vergonha a respeito do que a gente é, somos pessoas de hoje, do século XX, de 1976. A gente vive essa época de informação excepcional, época atônica, época trágica, no centro do furacão como agora, as vezes na periferia (...) Outro dia estava pensando, sou maior de idade, tenho 34 anos, pai de 5 filhos, sou uma pessoa experimentada em vários sentidos, tenho concepção relativamente clara sobre bem e mal, e também sobre o que é estar fora do bem e do mal, tenho pelo menos vontade de aprender, venho colocando a minha vida para aprender, a superação desse problema todo, da dúvida, da culpa. A gente tá vivendo um momento em que se busca toda uma descontração no mundo

⁷ Trecho transcrito de uma reportagem de 1976, cuja emissora não foi identificada. Link para acesso está nas referências.

inteiro com relação a novos hábitos, a formação de novos padrões, de novos conceitos sobre atitude social, sobre privacidade, respeito a vida privada das pessoas.

Mas é a partir da abertura política, em 1978, é que surgiram manifestações criticando a repressão ao uso da maconha (MacRae, 2000, p.23). Nos anos 1980, o movimento ganha força e a cannabis passa a ser vista e estudada de outra forma, com um começo de mudança na visão médica científica brasileira sobre a erva, bem diferente das pregadas pelos doutores Dr. Pernambuco e Dr. Dória (DORIA, 1958). Segundo Rocco, nos anos 1980 a repressão ainda era muito grande, com os usuários e com manifestações que citavam a cannabis, o que se refletiu com a prisão de várias personalidades públicas e artistas da época, além de censuras a algumas músicas que citavam a planta (ROCCO, 1999, p.135).

Segundo Pedro Santos Mundim na sua dissertação: “O discurso de legalização da maconha nas músicas do Planet Hemp” (2004, p. 47), em 1980 ocorreram as primeiras manifestações a favor da erva, como a do pequeno jornal “repórter”, e também por um debate científico promovido na USP no mesmo ano, que contou com a participação do deputado estadual João Batista Breda, do músico Jorge Mautner e do poeta Jamil Haddad, que defendiam a descriminalização da cannabis.

Outro aspecto interessante de se observar, abordado por Mundim (2004, p.47), é a entrada da cannabis no campo da política, devido as eleições de 1982, onde a candidata a vereadora Caterina Koltai pelo PT-SP, a candidata a deputada estadual Ruth Escobar pelo PMDB-SP, o advogado Liszt Vieira que seria eleito deputado estadual pelo PT-RJ, além do letrista dos Novos Baianos Galvão, que também disputou as eleições pelo PMDB-BA, tinham a descriminalização da maconha como proposta de suas campanhas. A cannabis também acabou envolvida em escândalos políticos da época como no caso do então candidato a prefeito de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, que nas eleições de 1985 foi desqualificado por seu concorrente Jânio Quadros, depois de ter afirmado em uma entrevista a Playboy⁸ que uma vez nos Estados Unidos ele havia experimentado a cannabis.

Nos anos 1990 as principais manifestações a favor do uso da cannabis vieram principalmente do político Fernando Gabeira, que já atuava na política desde 1986, após a volta

⁸ A informação foi encontrada na entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para jornalista Mônica Bergamo da Folha de São Paulo. A edição da revista infelizmente não foi encontrada. Link da entrevista: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2905201108.htm>

do seu exílio em 1979, e também de artistas. Apesar de várias artistas já terem falado da cannabis em suas músicas, como: Pepeu Gomes, Odair José, Bezerra da Silva, outra geração surgia e também abordava o tema, essa geração era composta por bandas como “O Rappa”, “Raimundos”, “Gabriel o Pensador” dentre muitas outras. Mas cabe aqui dar uma maior ênfase a banda Planet Hemp, que como sugere o próprio nome (pode ser traduzido livremente como Planeta cânhamo, ou maconha) era uma banda que defendia abertamente o uso da cannabis, e que teve grande repercussão social na época.

Segundo Mundim (2004, p.21), a banda abordava principalmente em suas músicas questões relacionadas ao uso da cannabis como: Discurso da defesa pela liberdade e de direitos individuais, a autoridade da vivência pessoal (a cultura da cannabis), o preconceito com o usuário (a busca pelo reconhecimento), o discurso do usuário de maconha como sendo feliz, e a hierarquia dos vícios (a erva sendo natural, seria menos danosa que outras drogas). Essa diferente abordagem do uso da maconha feita pela banda incomodou muito na época e gerando muita polêmica em vários setores da sociedade, a justiça se organizou contra a banda, cancelando alguns shows, apreendendo CD's e chegando a proibir um clipe denominado “Legalize Já”. Mas a banda acabou fazendo grande sucesso e ganhou espaço na mídia, que além de abordar os aspectos judiciais e policiais que estavam envolvidos, passou a abordar também a descriminalização e a legalização da cannabis. Em 1997, as pressões da justiça e da polícia levaram os integrantes da banda a serem presos durante uma apresentação em Brasília por apologia às drogas, o que ampliou ainda mais o debate sobre a legalização/descriminalização da maconha e também sobre a liberdade de expressão (MUNDIM, 2004, p.7).

Já nos anos 2000, com a popularização da internet, surgiram novos espaços para discussões e troca de informações fazendo com que os usuários brasileiros tivessem mais acesso ao que estava acontecendo em relação à cannabis em todo o mundo.

Em 2002, foi criado o *Growroom.net*, um fórum mais restrito que visa principalmente os usuários brasileiros, e que tem como principal foco a troca de informações, de métodos e técnicas especializadas sobre o cultivo e preparação da cannabis para consumo próprio, visando a redução de danos e o afastamento do usuário do tráfico de drogas.

Posteriormente vários espaços na internet começaram a se organizar em coletivos, ou em sites jornalísticos, como o *Hempadão.com*, para divulgar notícias, a cultura por trás dos usos cannabis, e para divulgar e organizar movimentos ativistas relacionados à planta.

Com a internet ficou mais fácil também o acesso aos mais variados métodos e técnicas

de cultivo, o que aumentou a quantidade de usuários que começaram a plantar cannabis para se afastar das relações com o tráfico de drogas e que buscavam melhores qualidades de cannabis que as oriundas do tráfico de drogas.

No campo da ciência vários cientistas começaram a estudar e a descobrir cada vez mais sobre os efeitos da cannabis, como ela interage com o ser humano. Um dos mais importantes cientistas dessa área é o neurocientista da Universidade de Brasília (UnB) Renato Malcher, que estuda o sistema endocanabinóide. Além de Renato Malcher, outros cientistas como Sidarta Ribeiro, e também o médico Elisaldo Carlini prosseguiram com os estudos sobre a planta, demonstrando seus efeitos, seus prós e contras, e defendendo a criação de uma agência nacional para regular o uso medicinal da cannabis, como também a descriminalização da erva.

Já o psiquiatra Ronaldo Laranjeira em “Maconha o dom de iludir” (2010, p. 11) tem uma visão diferente dos outros cientistas citados acima, argumentando que o uso medicinal da cannabis não é viável, não é mais eficaz que drogas tradicionais, além de ser um desperdício de recursos. Segundo Laranjeira há também uma glamorização do uso da erva como ocorreu com o tabaco nos anos 1960. Para Laranjeira a cannabis deve continuar proibida, pois provoca danos à saúde, e se legalizada/descriminalizada o número de usuários aumentaria.

Em 2006 entrou em vigor a lei nº 11.343. Segundo Frederico Policarpo de Mendonça Filho em: “O usuário e a Nova Lei de Drogas; apontamentos preliminares para pesquisa” (2008, p.16), foi em outubro de 2006 que passou a vigorar no Brasil a nova lei de drogas, a Lei 11.343/06. A nova lei acaba com a pena de privativa de liberdade para o usuário de drogas. No entanto, os procedimentos penais continuam os mesmos, ou seja, o indivíduo flagrado usando drogas é levado para a delegacia, assina o Termo Circunstanciado e se compromete a comparecer no Juizado Especial Criminal para a audiência judicial.

Segundo a Lei o usuário pode ser submetido às seguintes medidas: advertência verbal, prestação de serviço à comunidade, medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e, em último caso, multa ou admoestação verbal. Mesmo a administração institucional do uso de drogas permanecendo no âmbito da justiça criminal, deve-se reconhecer que ela sinaliza uma direção mais liberal, já que não pune mais os usuários com a pena de prisão, apesar de ter aumentado a pena para o tráfico de drogas.

Mas ao analisar bem a Lei 11.343/06 percebe-se que a administração institucional do uso de drogas acaba por ser de responsabilidade da esfera extraoficial, a polícia, a esfera oficial, judicial, acaba por considerar esse um problema de menor importância a ser tratado, devido a

ser um crime de menor importância, sem pena de prisão, o que permite abusos por parte da polícia. Uma rápida consulta à legislação é possível perceber que não há uma definição clara e objetiva do que seja traficante e o que seja usuário. A tipificação criminal entre uso de drogas e tráfico de drogas depende do contexto em que o flagrante aconteceu, depende primeiramente da interpretação do policial que o fez, o que em um país com grande segregação social, racial como o nosso não funciona muito bem. Como a lei não define quantidade para tráfico e para uso e a tipificação fica a cargo do policial, das suas intenções e pré-conceitos, muitas das vezes usuários e cultivadores são presos, geralmente em contextos menos favorecidos, e vão para a cadeia como traficantes abarrotando cada vez mais o sistema carcerário.

Em 2012, uma comissão de juristas discutiu uma reforma ao Código Penal e aprovou um projeto para a descriminalização do uso de todas as drogas, essas propostas devem ser encaminhadas ao Congresso, e após a votação nas duas casas a sugestão talvez possa virar lei. Esse projeto retira o uso de drogas da esfera criminal e o colocaria como um problema de saúde, além de seguir tendências internacionais na abordagem do uso de drogas. O deputado Paulo Teixeira (PT-SP)⁹ também vem participando de debates e da elaboração de um projeto de revisão da política de drogas, já que segundo o deputado a atual política contra as drogas lota as cadeias (punindo, em sua maioria, pequenos traficantes, usuários, réus primários), criminaliza e marginaliza os usuários, não resolvendo os problemas relativos ao uso de drogas (que é tratado pelo aparato policial, criminal, não de forma pedagógica e/ou de saúde), financia a violência assim como a corrupção, além de fomentar um lucrativo mercado paralelo e dificultar o acesso à planta aos que dela precisam por questões de saúde, de pesquisa, ou para usos industriais. O deputado defende a descriminalização e o cultivo caseiro como meio de enfraquecer o mercado ilegal e como um meio de reduzir os danos causados pelas drogas, seguindo alguns modelos já colocados em prática em diversos países.

2.2 - O que é Documentário?

Conforme dito por João Moreira Salles, em seu artigo: “A dificuldade do documentário”, não há forma fácil de conceituar o filme documentário (Salles 2005). Segundo ele, não existem regras para se diferenciar filme ficcional dos filmes documentários, é cada vez mais comum empregar recursos e estéticas de um no outro. Elaborar rigidamente esse conceito dificulta

⁹ Informações extraídas de entrevista feita com o deputado pelo portal “Viomundo”. *Link:*
<http://www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/drogaslegalizar.html>

possíveis experimentações.

Moreira Salles explica que tanto os filmes de ficção, quanto os de não ficção, são uma forma do autor falar com o espectador, contrastando com o entendimento de que o documentário seria um “eu falo sobre ele para nós”. O documentário seria um encontro do documentarista como o outro, evidenciando a cumplicidade entre ambos. Para ele a essência do documentário não está na epistemologia, muito menos nos elementos estéticos, essa estaria centrada na ética do documentarista.

Para Bill Nichols, em seu livro “Introdução ao Documentário”, cineasta ético é aquele que age com sinceridade com o personagem retratado (Nichols 2008, p. 26). O que não é tarefa simples, tendo-se em conta o poder de manipular e direcionar o sentido contido na edição. Segundo Nichols “A ética torna-se uma medida de como as negociações sobre a natureza da relação entre o cineasta e seu tema têm consequências tanto para aqueles que estão representados no filme como para os espectadores.” (Nichols, 2008, p. 34).

No mesmo caminho a definição de documentário de Nichols é flexível. Para ele não é possível fechar demasiadamente o termo, tendo em vista que é uma “representação da realidade, de uma determinada visão de mundo, e se julga como se fosse uma reprodução fiel a original”. Em outro trecho afirma: “nossa compreensão do que é um documentário muda conforme muda a ideia dos documentaristas quanto ao que fazem” (Nichols, 2008, p. 48).

No entanto, há similaridades que podem nos ajudar a identificar um documentário, como as entrevistas, o comentário ou narração, o som direto, cortes que complicam ou ilustram a situação mostrada, e o uso de pessoas em suas atividades cotidianas. Normalmente trazem uma lógica informativa que orienta todo ele, no intuito de fazer uma representação do mundo histórico. “O documentário mostra-se um dos gêneros mais duradouros e variados, com muitos enfoques diferentes para o desafio de representar o mundo histórico” (Nichols, 2008, p. 48).

Para ele o espectador busca neste gênero uma compreensão de mundo, no entanto os documentaristas extrapolam e mostram ao público uma perspectiva muito pessoal e engajada, diversas vezes convocando o espectador para adotar esse mesmo engajamento.

Nichols elabora uma classificação de diferentes modos em que o documentário pode se manifestar, deixando claro que eles podem ser concomitantes e que não existem limites claros entre um e outro. São eles: o modo poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático. “Quatro e Vinte, horário de Brasília” vai ao encontro com o modo expositivo,

onde se busca uma retórica para argumentar um posicionamento frente a uma realidade histórica. Normalmente fala diretamente com o espectador, expondo uma determinada visão. Neste modo muitas vezes a narração ou comentário costuma ser mais importante que as imagens mostradas.

2.3 - Pesquisas utilizadas:

Para demonstrar o grande número de usuários, assim como o aumento expressivo do consumo, utilizamos os números de apreensões de entorpecentes, fornecido pela Seção de Estatística, Pesquisa e Análise Criminal, da Coordenação de Inteligência e Estratégia da Polícia Civil do Distrito Federal. Esses dados estão presentes no anexo III.

Para o mesmo propósito utilizamos os dados contidos no *World Drug Report* (2013), relatório anual elaborado pela ONU, que apresenta uma visão abrangente das mais recentes alterações nos mercados de drogas. Trata da produção, tráfico, consumo e as consequências para a saúde e relacionados. Os dados utilizados estão disponíveis no anexo IV.

Esclarecendo a questão da dependência foi demonstrada a pesquisa realizada pelo *National Institute on Drug Abuse*, organização responsável por fazer pesquisas científicas na área de drogas e dependência. A pesquisa está disponível no anexo II.

Os dados quanto ao número de americanos favoráveis a legalização foram tirados de pesquisa feita pelo Gallup's Politics, no anexo V.

Todos os números relacionados ao cigarro foram colhidos do Instituto Nacional do Câncer, com *link* discriminado nas referências.

No anexo VI acrescentei uma lista do equipamento utilizado, bem como uma foto evidenciando a disposição do equipamento para as entrevistas.

3 - Relato da Experiência

Tudo começou no dia 27 de maio de 2013, quando aconteceu a Marcha da Maconha de Brasília, com concentração em frente a catedral. Eu e o cinegrafista Pedro Borges fomos chamados para fazer algumas imagens do evento. Foram mais de sete horas de trabalho, com quase 4 horas de material gravado.

Depois, na edição, vendo e revendo o material, gostamos tanto do resultado, e ficamos tão movidos pela tema, que resolvemos fazer um documentário sobre o assunto. Um filme que mostrasse a perspectiva daquelas pessoas, que apresentasse as peculiaridades deste universo na cidade de Brasília, abrangendo todo DF.

O primeiro passo foi buscar referencias, assistir tudo ou quase tudo que foi produzido sobre o assunto. Sem dúvida nenhuma não foi difícil encontrar material, pois o assunto levanta muito interesse, sendo um dilema para a humanidade como um todo. Não há país que tenha esse problema perfeitamente controlado, todos estão aprendendo juntos a lidar com a questão.

Encontramos e trocamos muito material, produtos de grande qualidade, nacionais e internacionais. Entre esses se destaca o documentário “*The Union: the business behind getting high*”, de Brett Harvey [2007/longa/Score G Productions], que traz uma argumentação coerente contra o discurso que justifica a proibição baseado na periculosidade da substância, com participação de muitas autoridades. Outra contribuição sobre o assunto foi o documentário “*When we grow*”, de Seth Finegold [2011/Longa/Blotopus]. Nele o foco são os formas de uso alternativas ao uso recreativo da planta, como na construção civil, indústria têxtil e farmacêutica.

Entre os bons produtos audiovisuais nacionais sobre o tema, cito o filme “*Quebrando Tabu*”, de Fernando Grostein Andrade [2011/Longa/Spray Filmes], que não fala especificamente sobre a maconha, mas demonstra o equívoco das leis antidrogas adotadas na maior parte do mundo. O “*Cortina de Fumaça*”, do jornalista Rodrigo Mac Niven [2011/Longa/TVa2 Produções], coloca em questão a política de drogas vigente no mundo, dando atenção às suas consequências político-sociais em países como o Brasil, mais em particular na cidade do Rio de Janeiro. Com entrevistas nacionais e internacionais de médicos, pesquisadores, advogados, líderes, policiais e representantes de diversos movimentos civis.

Após assistir todo material em audiovisual disponível, comecei uma pesquisa sobre a história da planta, particularmente no Brasil. Parte desta pesquisa está contida no referencial

teórico. Embora nossa intenção nunca tenha sido contar essa história, pois já existe muito material de qualidade com esse objetivo, a pesquisa ajudou a entender os meandros do assunto, compreender como chegamos até as políticas vigentes. Foi fundamental entender, por meio do trabalho científico de historiadores e sociólogos, as verdadeiras motivações originárias do proibicionismo, razões eminentemente políticas, calcadas no preconceito racial e social. Esse é inclusive a principal argumentação de boa parte do material contrário a criminalização do uso, todavia nosso entendimento particular foi de que, para o movimento que queríamos retratar, mais importante do que demonstrar os desvios na origem dessas políticas, era apresentar os prejuízos na sua manutenção.

Paralelamente a essa pesquisa, fomos colhendo material, gravando depoimentos de praticamente qualquer um que quisesse falar sobre o assunto, seja contra ou a favor a liberação, usuário ou não, simpatizante ou não. Foi nessa altura que conseguimos a valorosa entrevista com Danielle Bomtempo¹⁰, uma das organizadoras da Marcha da Maconha. Danielle é ativista e sabe bastante sobre o assunto, além de ser articulada. Sua entrevista, mais tarde, serviria como base para a espinha dorsal orientadora do documentário.

Muito embora tenhamos conseguido muitas entrevistas e elas tenham nos ajudado a compreender ainda melhor essa realidade, pouco foi o conteúdo de qualidade contrário a legalização que conseguimos. Muitos são os opositores a descriminalização, favoráveis a manutenção das coisas como estão e até a intensificação da repressão penal, mas poucos são aqueles que toparam o desafio de construir uma argumentação coesa sobre o tema, e menos ainda são os que querem manifestá-la na frente de uma câmera. Que fique registrada a exceção de Marcelo Amorim¹¹, pastor, integrante do movimento *Straight Edge*, que defende a total abstinência em relação a entorpecentes, sejam eles lícitos ou ilícitos. Ele nos forneceu um depoimento sóbrio, livre de moralismos e pautado pela sua própria experiência pretérita com a maconha, assim como em sua nova filosofia de vida livre de psicotrópicos. Essa entrevista compunha orgulhosamente os primeiros cortes do documentário, mas infelizmente teve de ser retirada daquilo que viria a se tornar o produto final, para que não ficasse isolada e tornasse o todo incoerente.

As opiniões contrárias ficaram restritas aos trechos de matérias jornalísticas, de programas televisivos, filmes e discursos de autoridades, que pincelam todo o documentário,

¹⁰ Entrevista realizada em 09/06/2013.

¹¹ Entrevista realizada em 11/10/2013.

para demonstrar a força do embate e o contraste de opiniões.

A essa altura tínhamos muitas horas de material e pouca noção de qual seria o nosso norte, como é de costume em muitos documentários. Resolvemos então assistir todo material até que tivéssemos uma definição de qual seria a essência do que queríamos apresentar e assim orientar nossos futuros esforços. Tínhamos a convicção de que não era nosso intuito mostrar mais do mesmo, havia muito conteúdo de qualidade disponível e não fazia sentido ecoar as mesmas ideias.

Por ter contato próximo com tantos usuários, sempre nos incomodou o estereótipo criado para o “maconheiro”. Ao contrário do que nos apresentava o rótulo criado, tínhamos contato com todo tipo de usuário, pessoas de todos os tipos, de várias idades, empresários, advogados, publicitários, muitos altamente produtivos. Empiricamente era claro para nós que o uso da substância não os reduz a um grupo uniforme, pessoas sem apetite pela vida, improdutivas ou, como é comum escutar, “lesadas”. Sempre nos pareceu que esse preconceito dificulta o diálogo, impede uma compreensão clara da problemática. Identificamos no nosso material um olhar diferenciado ao usuário, mostrando-os sem hipocrisia, como são, como vivem, como pensam. Afinal, são eles o centro de toda discussão, não fosse a existência de tantos, e esses estivessem se proliferando quase indiferentes a “guerra as drogas”, essa não seria uma questão relevante. Há alguns anos meu preconceito pessoal a respeito da maconha foi dissolvido ao ter contato com esses usuários, talvez seja esse o caminho para esclarecer as coisas e contribuir para o debate. Constatamos que essa era uma abordagem diferenciada e, desta forma, foi a que escolhemos fazer.

Resolvemos então, ao contrário da maior parte dos outros documentários que se focam em autoridades e líderes, relegando a existência dos usuários aos frios números das estatísticas, nos concentrar na figura dos seres humanos que contra tudo e todos, continuam a consumir maconha. Tentando criar uma empatia entre o usuário e o espectador. Foi nesse intuito que orientamos alguns dos entrevistados a olhar diretamente pra câmera, ao invés de direcionar o olhar para a figura do entrevistador, como é comum na linguagem dos documentários. Acreditamos que assim haveria uma conexão, um vínculo maior entre o espectador e o personagem.

Decidido nosso foco, começamos a buscar entrevistas mais específicas para os fins que buscávamos. Elaboramos uma espécie de cronograma e datas limites, para que fosse possível entregar um produto pronto segundo as datas estipuladas pela Faculdade de Comunicação. Esse

cronograma serviu para ditar o ritmo de produção, muito embora na maior parte do tempo a pré-produção, produção e pós-produção tenham acontecido simultaneamente, pela própria forma que encontramos de trabalhar, assim como pela dificuldade de encontrar o perfil de personagens que buscávamos, e principalmente, achar pessoas adequadas neste perfil que estivessem dispostas a gravar um depoimento sincero, sem rosto ou nome escondidos. Um exemplo perfeito deste perfil não estereotipado que procurávamos, foi a entrevista com Amadeu Bonelar¹², militar aposentado que nos deu um bom relato de sua experiência com a maconha. Conseguir essas entrevistas foi extremamente trabalhoso, exigiu paciência e muito tato. Por ser um assunto muito sensível, sujeito a repressão penal, para cada um que aceitava gravar, existiam outros tantos que se recusavam, por não querer lidar com riscos inerentes, ou mesmo expor uma atividade tão bem escondida para seus familiares e a sociedade em geral.

Uma vez colhidos a maior parte dos depoimentos, em meados do meio de outubro começamos uma ampla pesquisa de imagens. Procuramos reportagens, programas, propagandas, discursos, filmes e entrevistas que nos ajudassem a construir uma representação midiática do tema. Essa busca foi bem frutífera, com imagens que contribuíram fortemente para construção do recorte histórico, bem como para argumentação central. Neste período também colhemos depoimentos de transeuntes em lugares como a rodoviária, o Conic e a feira do guará, a fim de explorar um pouco do senso comum que envolve o assunto.

Desde o princípio o produto foi pensado para internet, sendo veiculado em sites como *Youtube* e *Vimeo*, sítios agregadores de vídeos, pela facilidade, gratuidade e possibilidade de amplo acesso. A interface destes sítios também permite a veiculação de links para outros conteúdos ligados ao tema, o que amplia a vocação de difusor de informação do documentário. Essa função foi evidenciada no vídeo com as legendas “Clique aqui”, onde futuramente serão posicionado os *links* para os outros vídeos, quando o documentário estiver hospedado na interface do “*Youtube*”. Outra vantagem é a possibilidade de uso de trilhas originais, pois esses sites possuem acordo com gravadoras, identificando músicas com direitos reservados e veiculando publicidade direcionada aos detentores dos direitos logo abaixo do vídeo. Muito embora, mesmo assim estejamos pedindo autorização de uso de todas as trilhas utilizadas fora do selo *Creative Commons*.

Quando chegamos a montagem boa parte do material já estava pré-editado, o maior

¹² Entrevista realizada no dia 30/11/2013.

trabalho então foi realizar a edição fina, correções de cor e ajustes no áudio. A primeira versão ficou com trinta e seis minutos, porém queríamos que tivesse de vinte cinco a trinta minutos, o que julgamos ser uma duração mais agradável para o internauta. Diversos cortes então foram feitos até que se chegasse a versão final. Após apreciação preliminar do orientador, foram feitas diversas alterações, para adequar melhor o produto ao seu potencial acadêmico, que resultaram no produto final exibido.

5 - Conclusão

A quem pesquisa, procura informação, fica claro as origens da proibição, baseada no preconceito e na desigualdade social. Independente dos seus reais efeitos no organismo, é uma planta com diversos outros usos úteis a humanidade. É triste que todo esse potencial se perca em moralismo e desinformação.

Passadas décadas de repressão, os números demonstram cabalmente a ineficácia da aplicação do direito penal para inibir o consumo da maconha, causando efeitos colaterais mais fortes do que o eventual prejuízo a saúde pública causado pela substância.

Há muito ainda que ser estudado quanto aos efeitos da cannabis no corpo humano, principalmente a longo prazo, no entanto isto deve ser feito com respeito a tradição milenar de uso da erva, sem alarmismos. Parece claro que a proibição do uso da maconha também restringiu seu estudo, nos deixando pouca informação científica confiável, como temos a respeito do cigarro.

Conforme o transcorrido deste semestre, me pareceu cada vez mais claro o quanto temos a ganhar com a descriminalização, em paralelo com uma regulação nos moldes da que foi feita para o cigarro. Muito me surpreendeu, porém, o avanço das discussões sobre o tema em outras partes do mundo, com mudanças efetivas nas políticas públicas envolvendo a planta em muitos países, inclusive boa parte da América Latina, notadamente no Uruguai.

Ao término do projeto saio com a impressão de que o preconceito que envolve a erva e seus usuários é muito mais poderoso do que imaginei de início. Embora tenhamos contato com inúmeros consumidores assíduos da cannabis, defensores fiéis da planta (a portas fechadas), poucos foram os que toparam gravar. Prevaleceu para mim que o medo maior não era da repressão penal, mas sim da censura social. Para pessoas com emprego e uma imagem social estável, muito pesaria a alcunha de maconheiro. Esta dificuldade reafirmou pra mim a importância de se trabalhar para retirar os estigmas do maconheiro, para que esse assunto possa ser tratado como deve, com razão, bom senso e responsabilidade.

6 – Referências

- BECKER, Howard S. 2008 [1963]. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp
- DANCYGER, Ken. *Técnicas de Edição para Cinema e Vídeo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DÓRIA, Rodrigues. *Maconha: Coletânea de Trabalhos brasileiros*. 2ª edição. Serviço Nacional de Educação Sanitária. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro, 1958.
- HENMAN, A., PESSOA JR., O(Org.). *Diamba sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre maconha*. São Paulo: Ground, 1986.
- LARANJEIRA, Ronaldo Ramos. *Maconha, o dom de iludir*. Folha de São Paulo, 22/07/2010.
- MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio. *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2000 (2a. edição, 2004).
- MUNDIM, Pedro Santos. *Das rodas de fumo à esfera pública: o discurso da legalização da maconha nas músicas do planet hemp*. Belo Horizonte, 2004.
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*, São Paulo: Papirus, 2008.
- POLICARPO DE MEDONÇA FILHO, Frederico. *O usuário e a nova lei de drogas: apontamentos preliminares para a pesquisa*. Anais da 26ª reunião de Antropologia, Porto Seguro Bahia, 2008.
- REISZ, Karel & MILLAR, Gavin. *A Técnica da Montagem Cinematográfica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- ROBINSON, Rowan. *O grande Livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Tradução: Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.135p.
- ROCCO, Rogério. Apêndice. In ROBINSON, Rowan. *O grande Livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental*. Tradução: Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- SALLES, João Moreira. “A dificuldade do documentário”, In: In: Martins, José Souza; Eckert, Comelia; Caiuby Novaes, Sylvia (Orgs.). “*O imaginário e o poético nas ciências sociais*.” Bauru: EDUSC, 2005.
- SANTOS, Alanna Oliveira. *Crime, Doença ou remédio? Análise do discurso de reportagens sobre o uso da maconha no jornal nacional e no fantástico*. Cachoeira, UFRB, 2011, Bahia.
- VIDAL, Sergio. *Da diamba à maconha: usos e abusos da Cannabis sativa e da sua proibição no Brasil*. *Boletim Drogas e Violência no Campo*. Ano 4 nº 11, (2008). Disponível em: Disponível em: http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=304
- VIDAL, Sergio. “*Falta alguma coisa na história da maconha no Brasil e no mundo?*”,

European Coalition for Just and Effective Drug Policies (ENCOD), (2008). Pereira, A.de P.Leonardo. *O cânhamo ou diamba e seu poder intoxicante*. In:Maconha (Coletânea de Trabalhos Brasileiros)Serv.Nac.de Educ.Sanitária. 1958. Disponível em: <http://www.encod.org/info/Falta-alguma-coisa-na-historia-da.html>

Dados do INCA, disponíveis em:

http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2012/numero_fumantes_no_brasil_cai_pela_primeira_para_menos_de_15_por_cento_segundo_pesquisa_vigitel

Entrevista Gilberto Gil, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=j6dvh3rJhWI>

World Drug Report 2011, disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2011.html>

World Drug Report 2012, disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/WDR-2012.html>

World Drug Report 2013, disponível em: http://www.unodc.org/unodc/secured/wdr/wdr2013/World_Drug_Report_2013.pdf

7 - Videografia

- *The Union: The Business Behind Getting High*, Brett Harvey, Canada – 2007
- *Quebrando o Tabu*, Fernando Grostein Andrade, Brasil – 2011
- *Cortina de Fumaça*, Rodrigo Mac Niven, Brasil – 2011
- *When We Grow*, Seth Finegold, Inglaterra - 2011
- *Santiago*, João Moreira Salles, Brasil – 2007

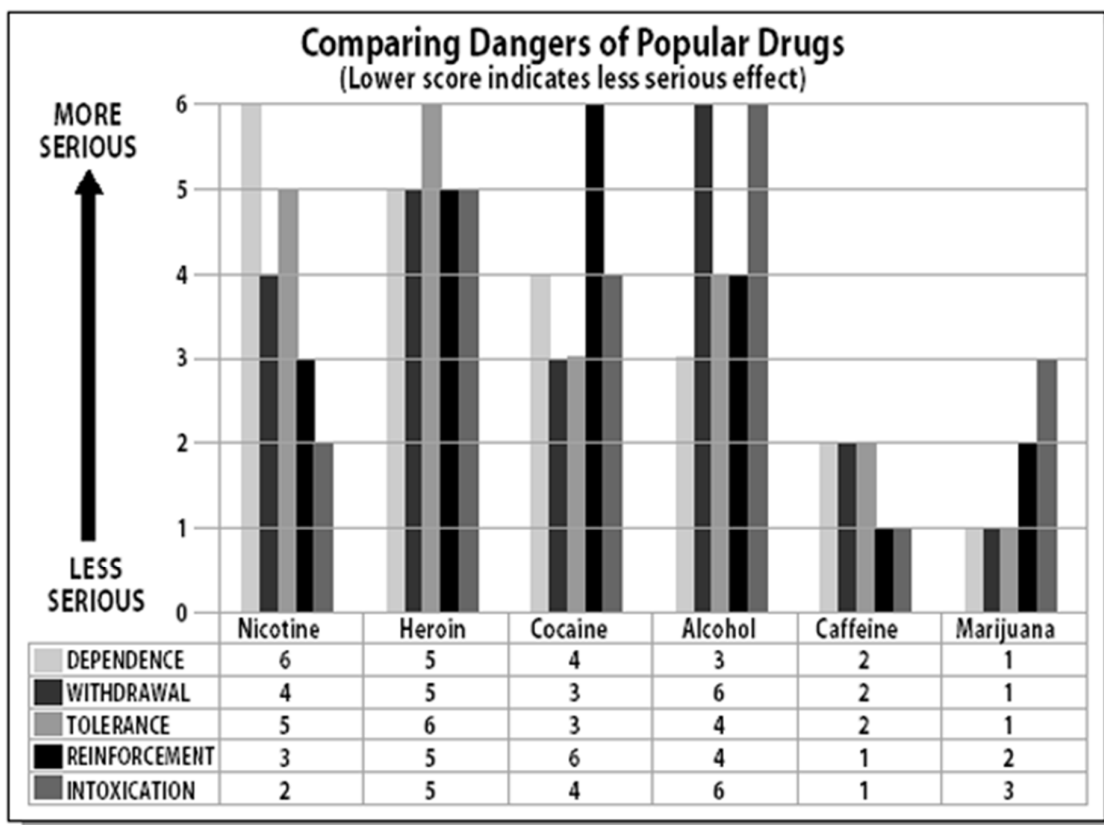
Anexos I:

Cronograma

Julho 2013	Pré Produção		Reunião do Equipamento
Maio a Novembro 2013	Produção	Imagens da Marcha da Maconha	27/05
		Entrevista Danielle Bomtempo	09/06
		Entrevista André Trovão	06/08
		Entrevista Rafael Araujo	26/08
		Entrevista Íris Marwell	28/08
		Entrevista Henrique Rocha	
		Imagens UnB	29/08
		Entrevista Grabriel Paes e Jessica Behrens	03/09
		Imagens Esplanada dos Ministérios	06/09
		Entrevista André Vaz	13/09
		Entrevista Rodrigo Almeida	17/09
		Entrevista Pastor Marcelo Amorim	11/10
		Entrevistas na rua (Rodoviária)	17/10
		Entrevista Gabriel Oliveira	25/10
		Entrevistas na rua (Feira do Guará)	
		Entrevista Amadeo Bonelar	30/11
Novembro a Dezembro 2013	Pós Produção		Pesquisa de Imagens
			Edição Fina

Anexo II

Comparativo de Perigo e Dependência



Disponível em: <http://drugwarfacts.org/cms/?q=node/28#sthash.yNDYRC5Q.dpbs>

Anexo III

Apreensões de Drogas no DF – 2011/2012



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA
DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E ANÁLISE CRIMINAL

SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS NO DISTRITO FEDERAL COMPARATIVO 2011 / 2012

TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	2011	2012	VARIAÇÃO	
				Quantitativo	%
Maconha	kg	1.243,20	2.226,53	983,33	79,10
Cocaína	kg	101,86	483,12	381,26	374,28
Crack	kg	74,65	99,81	25,16	33,70
Haxixe	kg	5,16	8,63	3,47	67,33
Ecstasy, MDMA	comprimido	2.453	4.413	1.960	79,90
Merla	kg	4,83	2,68	-2,15	-44,57
LSD	microsselo	3.100	112	-2.988	-96,39
Cloreto Etila	frasco 100ml	21	4.385	4.363	20.565,21

FONTE: Laudo Preliminar / IC - 76935-5

1ª Obs. O Acompanhamento das Apreensões de Drogas no DF, a partir de 2011, leva em consideração a data do Laudo Preliminar do IC.

2ª Obs. Nos Laudos Preliminares, os valores das massas das substâncias são computados como massas brutas (acondicionamentos + substâncias + impurezas).

Disponívelem: <http://www.pcdf.df.gov.br/ImagensFTP/ATENA/AnaliseTematicaPDF/59.PDF>

Anexo IV

Número estimado de Usuários de Maconha no Mundo World Drug Report - 2013

Region or subregion	Cannabis						Opioids						Opiates					
	Number (thousands)			Prevalence (percentage)			Number (thousands)			Prevalence (percentage)			Number (thousands)			Prevalence (percentage)		
	Best estimate	Lower	Upper	Best estimate	Lower	Upper	Best estimate	Lower	Upper	Best estimate	Lower	Upper	Best estimate	Lower	Upper	Best estimate	Lower	Upper
Africa	43,930	19,510	57,350	7.5	3.3	9.7	1,920	960	2,920	0.33	0.16	0.50	1,820	910	2,270	0.3	0.2	0.4
East Africa	5,940	1,980	10,190	4.1	1.4	7.1	240	170	880	0.17	0.12	0.61	220	160	300	0.2	0.1	0.2
North Africa	5,920	2,920	9,190	4.4	2.2	6.8	340	130	560	0.25	0.10	0.41	340	130	560	0.3	0.1	0.4
Southern Africa	4,090	2,860	7,470	5.0	3.5	9.1	330	220	350	0.41	0.27	0.43	280	190	300	0.3	0.2	0.4
West and Central Africa	27,990	11,750	30,500	12.4	5.2	13.5	1,000	440	1,130	0.44	0.19	0.50	980	420	1,120	0.4	0.2	0.5
Americas	49,060	48,420	50,640	7.9	7.8	8.1	13,020	12,810	13,290	2.1	2.1	2.1	1,600	1,410	1,770	0.3	0.2	0.3
Caribbean	760	460	1,990	2.8	1.7	7.3	100	60	190	0.4	0.2	0.7	80	50	160	0.3	0.2	0.6
Central America	660	640	700	2.6	2.5	2.7	40	40	50	0.2	0.1	0.2	20	20	20	0.1	0.1	0.1
North America	32,700	32,520	32,890	10.7	10.6	10.7	12,060	11,920	12,200	3.9	3.9	4.0	1,400	1,250	1,460	0.5	0.4	0.5
South America	14,940	14,810	15,060	5.7	5.6	5.7	820	790	860	0.3	0.3	0.3	110	90	120	0.04	0.03	0.05
Asia	54,070	28,810	87,110	1.9	1.0	3.1	12,190	9,350	15,260	0.4	0.3	0.5	10,020	7,660	12,860	0.4	0.3	0.5
Central Asia	2,070	1,830	2,160	3.9	3.5	4.1	470	450	490	0.9	0.9	0.9	430	410	450	0.8	0.8	0.8
East and South-East Asia	9,790	5,770	22,730	0.6	0.4	1.5	3,710	2,880	5,030	0.2	0.2	0.3	3,660	2,800	4,970	0.2	0.2	0.3
Near and Middle East	9,180	5,110	13,220	3.4	1.9	5.0	5,140	3,860	6,160	1.9	1.4	2.3	3,180	2,310	4,070	1.2	0.9	1.5
South Asia	33,030	16,100	49,010	3.5	1.7	5.2	2,870	2,150	3,590	0.3	0.2	0.4	2,750	2,130	3,380	0.3	0.2	0.4
Europe	30,920	30,140	31,710	5.6	5.4	5.7	4,040	3,970	4,100	0.7	0.7	0.7	3,010	2,940	3,070	0.5	0.5	0.6
Eastern and South-Eastern Europe	6,240	5,520	6,970	2.7	2.4	3.0	2,800	2,790	2,810	1.2	1.2	1.2	1,890	1,880	1,900	0.8	0.8	0.8
Western and Central Europe	24,680	24,610	24,750	7.6	7.6	7.6	1,230	1,180	1,290	0.4	0.4	0.4	1,120	1,060	1,170	0.3	0.3	0.4
Oceania	2,630	2,210	3,500	10.9	9.1	14.5	730	550	820	3.0	2.3	3.4	40	40	60	0.2	0.2	0.2
Global estimate	180,620	129,100	230,320	3.9	2.8	5.0	31,900	27,650	36,390	0.7	0.6	0.8	16,490	12,960	20,030	0.4	0.3	0.4

Disponível em: <http://www.unodc.org/wdr/>

Anexo V

Opinião dos Americanos Sobre a Legalização da Maconha

Americans' Views on Legalizing Marijuana

Do you think the use of marijuana should be made legal, or not?



Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/165539/first-time-americans-favor-legalizing-marijuana.aspx>

Anexo VI

Equipamento



Da esquerda pra direita:

- 1- Microfone Boom Ioga HT-400 com *Deadcat*
- 2- Luz HD Led160
- 3- Câmera Canon T3i (Na Marcha foi utilizada também uma Canon T4i)
- 4- Microfone Rode Videomic (sobre a câmera)
- 5- Gravador Tascam Dr-40

Lentes Utilizadas:

- 8m Rokinon 3.5
- 30m Sigma 1.4
- 50m Canon 1.8